

TESTEMUNHOS:

Dr^a Conceição Martins

Dr^a Helena Cavaco

Dr^a Maria Manuel Franco

Dr^a Conceição Martins *

Vou tentar ser breve, porque não sei se a experiência que trago é merecedora de muito tempo. De qualquer forma, queria expressar aqui algumas das dúvidas e das questões que me têm surgido ao longo deste tempo de actividade e que são fruto do confronto com a minha experiência nesta área.

Comecei por uma licenciatura em Biologia onde se estudam e aprendem assuntos muito importantes nas questões do ambiente. Contudo, trata-se de um curso relativamente virado de costas para esta temática, uma vez que os problemas ambientais são abordados sob o ponto de vista biológico ou ecológico, mas não do ponto de vista sócio-económico ou cultural. Efectivamente, fui muito pouco desperta para as interacções com a comunidade, salvo em algumas honrosas excepções. Talvez tenha sido mesmo essa a maior desilusão de um curso de que muito gostei. Creio que, actualmente, isto está a mudar e que os cursos de biologia estão muito mais sintonizados com os problemas reais da humanidade. Já no final da licenciatura, o acaso levou-me ao encontro de uma nova experiência, que foi a participação no movimento ambientalista. Tive, então, a sorte e o privilégio de conhecer uma associação que considerei, e considero ainda, bastante importante em termos de dinâmica interna de formação das suas pessoas e da postura como aborda estes assuntos. Esta questão é hoje entendida de uma forma bastante global e interactiva, visão que tem vindo a ser construída nestes últimos anos, como é sabido.

* Representante do GEOTA.

Portanto, a minha grande experiência em termos de Educação Ambiental passa, sem dúvida, pela "escola" que é e tem sido, o GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente). Ao integrar esta associação de defesa do ambiente, herdei actividades de Educação Ambiental de carácter mais alargado, mais consequente e outras mais mediáticas, como por exemplo, um concurso sobre reciclagem de resíduos sólidos já em 86/87, que actualmente passaria muito mais despercebido do que na época, quando foi razoavelmente inovador. Outra destas acções, foi um concurso de cartazes sobre "Ambiente e Desenvolvimento", que teve grande participação e que chamava a atenção para esta temática interligada, a qual, actualmente, tanto valorizamos.

Ao longo destes vários anos de colaboração com esta associação de defesa do ambiente, tentámos implementar projectos de Educação Ambiental junto de vários sectores da população, prioritariamente das escolas. No âmbito do Ano Europeu do Ambiente, em 1987, iniciámos uma interessante experiência de dinamização ambiental em escolas primárias e preparatórias (a chamada "Semana do Ambiente"). Ao tentar lançar esta experiência, defrontámo-nos com algumas dificuldades, porque os professores punham demasiadas reticências em confrontar a nossa proposta com os programas que tinham para cumprir. Havia, ainda, muita dificuldade em transmitir a importância destes assuntos e defrontámo-nos com um grande desconhecimento dos mesmos por parte dos professores.

Hoje, ao olharmos para o movimento das nossas escolas em torno desta temática, verificamos com muito agrado que, nestes poucos anos, muita coisa mudou. O GEOTA já não vai bater de porta em porta a

algumas escolas propondo desenvolver acções de Educação Ambiental, por estas se situarem em regiões com carências ambientais graves ou próximo de áreas protegidas que poderiam ser exploradas de maneira diferente. Já não propõe uma Semana do Ambiente com exposição de diapositivos, com debates com os jovens, com visitas de estudo guiadas, com elaboração de trabalhos acompanhados pelo grupo e pelos professores, com exposições que fossem também um momento de convívio e de transmissão através dos jovens aos pais, cuja participação sempre se procurou. Hoje, este tipo de projecto, já não consegue responder a todas as solicitações que temos. De facto, é compensador observar a mudança que, entretanto, ocorreu e que é, no meu ponto de vista, significativa da maneira como a escola se posiciona perante esta questão.

Contudo, não sou tão optimista assim. Acho que os problemas que enfrentamos actualmente a esse nível são ainda muito grandes, o que me leva a lançar um grande alerta ao Ministério da Educação - a Educação Ambiental não deve passar por uma nova disciplina a criar, terá que passar antes, sem dúvida, por uma maior flexibilização dos curricula e pela maneira como os professores podem engrenar numa actividade multidisciplinar ou pluridisciplinar. A imensa mobilidade dos professores de escola para escola e de ano para ano, dificulta qualquer tipo de acção que se tente implementar e acompanhar. Se é possível fazê-lo com alguns, colidimos, noutros casos, com este entrave à nossa dinâmica.

Depois, são os escassos incentivos que o meio escolar oferece a quem envereda por um caminho destes. Estas palavras não são sómente nossas, ouvimo-las àqueles professores com sensibilidade para se

sentirem verdadeiramente empenhados em desenvolver estes projectos. É, sem dúvida, uma opção muito mais árdua do que preparar uma aula temática estritamente segundo o livro de texto ou segundo o programa, sem ler nas entrelinhas ou sem tentar extrapolar esse programa para o meio que envolve a escola, sem fazer a ponte. Muitos professores sentem-se desiludidos em determinados momentos, porque embarcaram num projecto desses sem alcançarem recompensa e estão cansados de tanto tentarem. Outros há que nem sequer avançaram, presos exactamente às dúvidas e receos das dificuldades. É também do conhecimento geral que há muita falta de material nas escolas, para além da falta de salas e muito mais.

Vejamos outra questão gritante, que é a falta de informação. Neste campo e no sector de Educação Ambiental, o INamb desempenhou um papel extremamente importante com a criação, por exemplo, da folha informativa E.A. Contudo, era preciso ter coragem de ir mais longe, era preciso divulgar mais essa actividade, tentar que ela crescesse um pouco mais. Pela parte do GEOTA, que como associação de defesa do ambiente sempre trabalhou com poucos recursos e sempre deparou com muita dificuldade em angariar as verbas e apoios necessários para desenvolver este tipo de projectos, cuidou-se também dessa vertente. Vimos que, de facto, não lutávamos sozinhos e encontrámos sempre em muitos professores, no INamb e, durante algum tempo, no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Divisão de Educação Ambiental), um apoio em termos de algumas actividades de Educação Ambiental que contribuiriam igualmente para a nossa própria formação.

Faço um outro apelo ao Ministério da Educação, que é o de avaliar o estado da formação dos nossos professores. Sem dúvida, que o testemunho da Dr^a Helena Cavaco e o da Dr^a Maria Manuel Franco mostram experiências muito interessantes desenvolvidas pelos professores, ao longo do tempo, nas nossas escolas, ao nível da base, do professor que contacta no dia-a-dia com os seus alunos. São experiências exemplares e permitem que consigamos olhar para elas no sentido de percebermos que muitas das nossas escolas têm dificuldade em avançar com estes projectos, exactamente, porque há falta de formação dos nossos professores. Reforço este meu apelo, dizendo que deste contacto com os professores, nomeadamente, com os do 1^o ciclo, e com as inúmeras dificuldades que se viviam a nível da formação dos professores, necessitados de maior número de conhecimentos para se sentirem mais motivados e mais gratificados por este tipo de actividade, nasceu a decisão de tomar um rumo diferente na minha vida profissional. Hoje sou professora na Escola Superior de Educação de Bragança e, fui para lá, apesar de não ser de lá, motivada principalmente pela necessidade de averiguar como é que afinal estavam a ser formados os nossos professores do 1^o e 2^o ciclos. Concluo que, também aí, é preciso mudar muita coisa. São precisas mudanças estruturais de fundo, porque continuamos a ensinar por compartimentos na maior parte dos casos e a visão multidisciplinar ou pluridisciplinar que queremos do ambiente, à qual apelamos e que hoje em dia se encontra na maior parte dos textos oficiais, desde a Conferência do Rio até aos documentos internos dos nossos Ministérios, acaba por ficar no papel.

As acções de Educação Ambiental que têm sido feitas, tanto pelos professores em colaboração com o Ministério da Educação, como pelo

INamb, como por nós e por outras associações de defesa do ambiente espalhadas pelo País, são experiências paralelas que merecem ser valorizadas e, sobretudo, ser olhadas numa perspectiva de integração e complementaridade. É que se continua a falar muito de modo individualista, cada um no seu sector, com pouco contacto entre as diversas entidades, o qual permitiria uma importante troca de experiências.

Felicito esta iniciativa, pois acredito que são encontros como este que podem gerar uma discussão séria sobre o assunto, tentando resolver algumas questões. Apelo, por exemplo, a um olhar interessado no sentido de fazer avançar, em Portugal, os princípios acordados sobre esta matéria na Conferência do Rio, para os quais existe já um bom contributo das associações de defesa do ambiente, materializado na proposta de uma Estratégia de Educação Ambiental, na elaboração da qual algumas dessas associações colaboraram. Urge olhar para ela, uma vez que é realmente bastante abrangente, podendo constituir uma boa proposta de trabalho.

Dr^a Helena Cavaco *

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO - Um projecto, várias experiências.

Se a questão ambiental parece assumir hoje, a nível de informação e de opinião pública, uma acrescida importância, nem por isso deixam de ser ambíguas e contraditórias posições afirmadas e certas notícias, que se pretendem na linha de defesa de um património comum ao Homem e às outras espécies vivas.

Tornado moda, o ecologismo passou a ser também, estratégia de lucro e venda a suscitar novas necessidades ou uma afirmação de boa consciência, que oculta interesses e lógicas discutíveis, como que um écran de enganos com que se procura iludir inquietações e exigências.(1)

Reconhece-se que os problemas de desequilíbrio ambiental são de extrema complexidade. Tanto se podem ocultar por detrás da fealdade da miséria, como de uma beleza ostentatória, depredadora da natureza, e não se compadecem com soluções fáceis, porque são de diversos níveis - da ordem dos sistemas e da ordem das mentalidades. Impõem, por isso, questionamento científico e rigor de actuação, implicam mudanças estruturais, que há que controlar por processos democráticos, exigentes de uma atitude vigilante por parte das populações, de uma opinião pública informada e reflexiva.

* Representante do Projecto Infra (Departamento de Educação da F.C.U.L.).

Assim sendo, reafirma-se a importância da Educação Ambiental, como núcleo fundamental de uma educação para a cidadania e, desta forma, torna-se oportuno reatualizar propostas e práticas que visavam, ou visam, esse objectivo, começando por delas tomar conhecimento e, ao analisá-las, extrair dessas experiências o que de positivo for transferível para novas situações.

Foi nesse sentido que se organizou e publicou um caderno de inovação, mais tarde tornado livro: *A Educação Ambiental para o Desenvolvimento: testemunhos e notícias*. Tratou-se de procurar retratar um projecto alargado, que decorreu de forma articulada, mas flexível e envolveu, durante cinco anos, mais de uma centena de professores e os seus alunos, olhando-o através da palavra de alguns dos seus protagonistas. O trabalho é assinado por dezanove autores, pessoas que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a construção de um projecto comum. Sendo uma experiência em rede, poder-se-ia ter conseguido uma colaboração mais alargada, mas houve que fazer a economia das atribuições, dadas as limitações do trabalho e, muitas vezes, foi a simples proximidade que acabou por decidir a escolha.

Nesta comunicação, irei apresentar o projecto apoiando-me no livro que organizei e o relata, e procurarei dar conta dos seguintes aspectos: 1) O contexto em que surgiu a experiência e como se foi construindo a sua estrutura de apoio; 2) Algumas das suas linhas orientadoras, traves-mestras do seu desenvolvimento; 3) Os seus efeitos, as mudanças que implica, os obstáculos que os limitaram, ou limitam.

Foi no contexto das actividades do projecto INFRA, que se inseriu o trabalho de recolha de dados e de publicação do texto, uma vez que se

inscrevem nos seus objectivos - o facilitar a mudança em educação, valorizando e divulgando as práticas inovadoras que se vão construindo a nível local e se perspectivam em dinâmicas de alargamento do espaço escolar.

1 - A história do projecto iniciou-se em 1984, quando através do serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, chegou à Direcção-Geral do Ensino Secundário uma proposta proveniente da UNESCO, no sentido de se vir a implementar, em escolas deste nível de ensino, na disciplina de Geografia, uma experiência tendo *por objectivo a incorporação da dimensão ambiente* (2) nos seus programas. Assim, na sua fase inicial, o projecto foi implementado e coordenado pelo Gabinete de Geografia, da mesma Direcção-Geral e contou, na sua concepção, com o apoio dos Orientadores Pedagógicos desta disciplina, da zona de Apoio Pedagógico de Lisboa.

Na verdade, as raízes do projecto apresentado à UNESCO e de cuja aprovação dependia o apoio financeiro prometido, articulavam-se com trabalhos anteriores, com preocupações recuadas, com encontros e práticas que valorizavam a inovação. Articulavam-se, ainda, com momentos de descompressão normativa vividos em situações de mudança no sistema de ensino - Reforma Veiga Simão, 25 de Abril - que tinham deixado marcas difusas de outras formas de estar e de proceder nas escolas. Articulavam-se, também, com experiências passadas em contextos mais alargados. Recordemos, por exemplo, que em 1972 se publica o relatório Meadows, do Clube de Roma, que alerta o mundo para o problema da irracionalidade na gestão dos recursos naturais; que, nesse mesmo ano, se realiza a Conferência de

Estocolmo, de participação alargada, onde se prefigura a orientação posterior da UNESCO nas questões de formação e de Educação Ambiental.

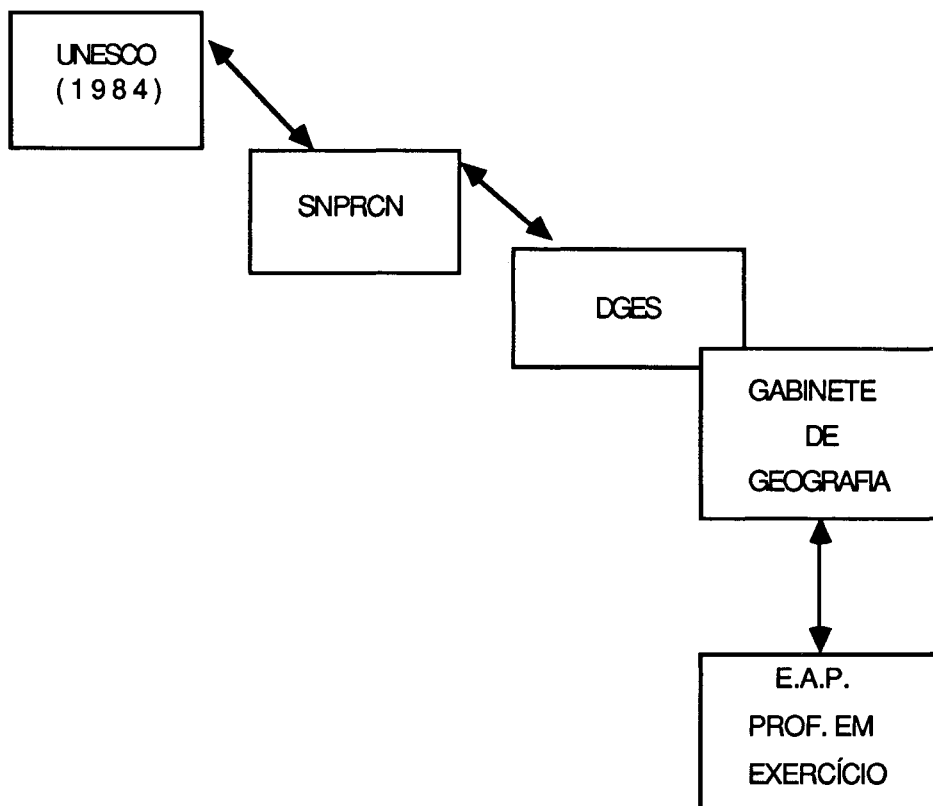
Entre nós, é então que se cria a Comissão Nacional do Ambiente que desenvolve notável papel de divulgação de conhecimentos junto das escolas. Por outro lado, inicia-se na mesma ocasião um programa de reformas curriculares (Reforma Veiga Simão), que solicitam os professores para novas práticas ligadas ao meio local e regional. Neste projecto chegou mesmo a estabelecer-se que no *5.º ano experimental (9.º ano de escolaridade) fase terminal do futuro ciclo básico unificado, uma disciplina, Ciências do Ambiente, funcionaria como eixo central de todo o conjunto de matérias que se organizavam de forma integrada, mas polifacetada, em escalas diferentes, desde a local à planetária.* (3)

A normalização da vida escolar (4), imposta por Sottomaior Cardia, levou no verão de 76, à eliminação nos currículos escolares, das áreas disciplinares que visavam um ensino integrado da ciência, mas não evitou que as práticas activas, centradas no estudo do meio, permanecessem como componente significativa na formação de docentes.

Entre 80 e 84, o modelo de profissionalização em exercício de docentes *centrado na dinamização pedagógica da escola, pretendendo a sua osmose com o meio através de iniciativas locais descentralizadas, conduzidas de forma real e criadora* (5), proporciona um campo favorável ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, activas e interdisciplinares.

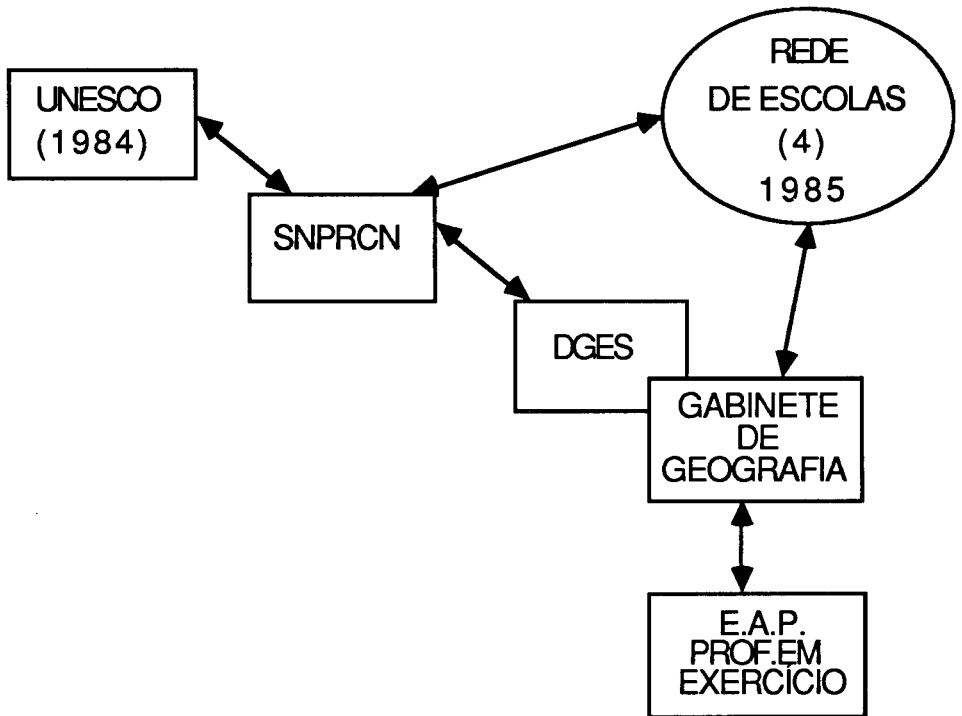
É neste contexto, que é aceite o desafio proporcionado pela proposta de apoio financeiro da UNESCO e se prevê a implementação da experiência em quatro escolas. As escolas seleccionadas incluíam, para além de um estabelecimento de ensino onde, desde há anos, no âmbito da profissionalização em exercício, se optara pela pedagogia de projecto, outras, localizadas em áreas atingidas por graves problemas ambientais. Foi assim que os primeiros projectos se centraram: na Guarda, (na questão dos incêndios florestais), em Elvas, (no problema da falta de água), em Faro (no impacto do turismo na degradação do quadro de vida local), enquanto que na Portela de Sacavém se optou pelo estudo da poluição.

O projecto, de cuja aprovação dependia o apoio da UNESCO, foi elaborado com a colaboração de Orientadores Pedagógicos da zona de Apoio Pedagógico de Lisboa, (Fig.1)



(Fig. 1)

que se mantiveram ligados à experiência como consultores, e uma vez aceite, iniciou-se o trabalho nas escolas. (Fig.2)

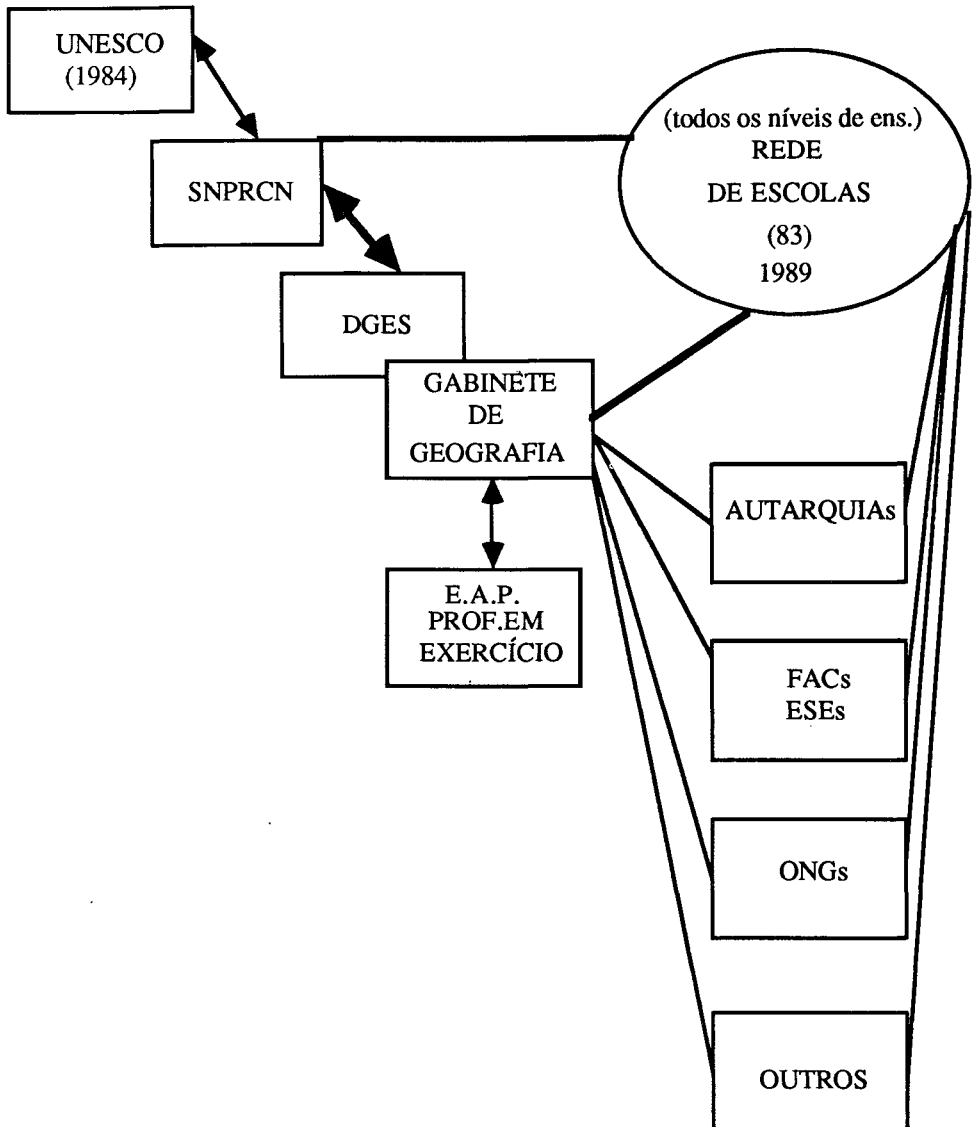


(Fig. 2)

Numa primeira fase, a experiência inseria-se no âmbito das actividades da disciplina de Geografia, integrando-se no seu programa, mas tendo-se optado pela pedagogia de projecto, centrado na pesquisa de um problema local ou regional, acabou por envolver outras matérias no sentido de uma interdisciplinaridade, mais ou menos alargada, conforme o desenvolvimento dos casos. Neste primeiro ano, procedeu-se à avaliação da experiência, o que fundamentou o alargamento e diversificação da sua estrutura de apoio, que viria a incluir, nomeadamente, autarquias, ONG e entidades ligadas ao ensino superior.

A rede da experiência passou a incluir estabelecimentos de todos os níveis de ensino e, de forma flexível, ultrapassou-se a centração na disciplina de Geografia, conseguindo-se, de forma variável, conforme os temas estudados e disposição dos professores para colaborar, a participação das múltiplas áreas do conhecimento que constituem os currículos escolares. (Fig.3)

ESTRUTURA DE APOIO



(Fig. 3)

2 - O rápido desenvolvimento e aprofundamento da experiência exigia que, a nível exterior, se procurassem apoios em recursos humanos e meios (de informação e materiais), de forma a tentar corresponder às expectativas manifestadas e às necessidades e problemas evidenciados no processo.

Três encontros dos professores envolvidos, ou dos seus representantes por escola, permitiam o acompanhamento da experiência, proporcionando uma formação centrada no projecto, na análise das dificuldades encontradas e dos êxitos conseguidos, no conhecimento das soluções mais ajustadas, no cruzamento das reflexões partilhadas.

Concluindo e, em síntese, podemos referir que a estrutura da experiência articulava os seguintes aspectos:

- Pedagogia do projecto, sendo o projecto centrado no questionamento de um problema local ou regional considerado, depois, no contexto geral;

- Isomorfismo entre as aprendizagens dos alunos e formação dos professores, centrada esta num processo de reflexão sobre problemas de prática pedagógica e no reinvestimento no próprio projecto;

- Utilização plural do meio local e regional, como objecto de estudo e como fonte de múltiplos recursos (cultura, conhecimentos específicos, meios...);

- Implementação da experiência em rede:

- a) flexibilizando a informação,

- b) favorecendo a implementação de núcleos de Centro de Recursos,
- c) articulando a rede da experiência com outras redes na procura de sinergia;

- Coordenação e apoios diversificados e flexíveis, tendo em conta o ritmo de desenvolvimento do trabalho em cada escola e a identificação dos problemas e necessidades enfrentados;

- Reajustamentos contínuos no percurso dos projectos, baseados na apreciação dos processos e produtos, partilhada pelos diferentes protagonistas (docentes, alunos, coordenadores, outros).

3 - As mudanças em educação são consideradas difíceis.

Programas prescritivos, lineares, desactualizados e atomizados, sem sentido e sem grande valor (6) constituem, a par da mediocridade geral das condições de trabalho e das rotinas burocráticas, académicas e corporativas, obstáculos reais à inovação pedagógica. Este factores conduzem ao desencorajamento, encaminham para o cepticismo e sustentam o mal-estar dos docentes que é, por sua vez, multiplicador dos efeitos redutores dos mecanismos de contenção escolar.

Se predominam, ainda, nas nossas escolas modelos pedagógicos e práticas predominantemente transmissivos, também é verdade que, um pouco por todo o lado, encontramos grupos de professores que sabem aproveitar os seus espaços de liberdade, diversificando e enriquecendo as situações de aprendizagem, alargando criativamente o espaço escolar, implicando os alunos em projectos com sentido.

Desta maneira, o desenvolvimento da experiência pode compreender-se tendo em conta o profissionalismo dos docentes que a assumiam, estimulado pelo reconhecimento e valorização do seu trabalho e pela descoberta e exploração dos valiosos recursos contidos na comunidade e meio envolvente: autarquias, populações, entidades públicas e privadas.

A experiência provocou mudanças nas escolas, gerou conflitos, como toda a inovação que, como tal, introduz questionamento, novos pontos de vista, confronto de ideias e também insegurança e resistências. Assim, *a participação no projecto implicou transformações nas práticas de relacionamento de trabalho, mudanças na forma como se protagoniza o sistema de normas implícitas e explícitas que organizam as escolas. Questões como a institucionalização da interdisciplinaridade, a cooperação entre níveis de ensino diferentes, a abertura da escola à intervenção de outros especialistas e dos seus saberes, induzem novos conceitos sobre o espaço e a vida escolar e são geradores de novas representações sobre os papéis e funções no acto educativo.* (7)

A experiência foi ainda movimento. Articulou projectos pessoais e profissionais, expectativas de realização e utopias, procura de sentido para o quotidiano e partilha de interesses e ambições. Exigiu persistência e esforços; estudo e empenhamento. Quebrou resistências, gerou-se na luta por um ensino de qualidade e alimentou-se na luta contra a inércia e a rotina, porque, parafraseando Balandier - "a luta torna-se essência mesmo da vida, sem ela a existência pessoal é desprovida de sentido, e só os valores mais banais podem ser atingidos". (8)

Notas bibliográficas

1- Veja-se de P. Alphanbéry, P. Bitoun, Y. Dupont, L'équivoque écologique, La Découverte, Paris, 1991.

2- Contrat (19-10-84). Documento subscrito pela UNESCO e pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza que enquadrava a participação da D.G.E.S.

3- M. H. Cavaco A Educação Ambiental para o Desenvolvimento , Escolar Editora, Lisboa, 1992, p.25.

4- Raiz e utopia, 9/10, 1979, p.71.

5- "Projecto Global de Formação", Despacho nº.358/80. (Vitor Crespo).

6- M. H. Cavaco, A Experiência de Educação Ambiental para o Desenvolvimento: uma forma alternativa de relação com o saber, in "1ª.Conferência Internacional de Sociologia da Educação. A Sociologia da educação na formação de Professores", I.P.F./E.S.E., pp.217-220.

7- M. H. Cavaco (1992), op. cit., p.139.

8- George Balandier, Le désorde, Fayard, Paris, 1988, p.237.

Dr^a Maria Manuel Franco *

Antes de tudo, pretendo expressar aqui o meu agradecimento pelo convite que o Conselho Nacional de Educação teve a amabilidade de me formular.

Foi-me solicitado que prestasse um depoimento sobre a experiência do meu dia-a-dia vivido na Educação Ambiental. Será, talvez, a minha história neste percurso!... E, tal como em qualquer história, poderíamos começar por dizer "era uma vez..." uma professora numa pequena cidade do interior do nosso País, onde o isolamento poderia ser um forte contributo para o imobilismo profissional. Esse era o meu maior pavôr!...

Mas, no ano lectivo de 1985/86, quando foi lançada uma proposta da UNESCO sobre "O Ambiente no Ensino da Geografia", experiência implementada apenas em quatro escolas e em áreas geográficas diversificadas, eu tive o privilégio de integrar esse grupo.

O acompanhamento prestado pela então Direcção-Geral do Ensino Secundário, pelo então, Serviço Nacional de Parques e Reservas e Conservação da Natureza e a troca de experiências entre os professores envolvidos (onde o saber era compartilhado, onde as dificuldades ou as vitórias, ao longo do percurso, eram encaradas com espírito de equipa, onde nunca faltou o encorajamento mútuo), foram o ambiente propício para que se interiorizasse a mudança de atitudes, quer face aos

* Professora efectiva da Escola Secundária D. Sancho II de Elvas.

problemas ambientais, quer a toda a dinâmica de ensino-aprendizagem que era necessário e urgente se operasse.

Esse primeiro projecto, gerou outros projectos que, por sua vez, foram gerando outros e, assim, ao longo de todos estes anos, a Educação Ambiental na Escola Secundária de Elvas, foi entrando, pé ante pé, primeiro devagar, com prudência e discrição, para logo depois se impôr como uma realidade à qual já ninguém tem a coragem de se opôr.

Queria hoje descrever-vos aqui, um dos projectos de Educação Ambiental que, em cooperação com alunos e outros professores, conseguimos implementar na nossa Escola. Mas qual?...

Pela diversidade dos temas tratados, dos níveis etários dos alunos envolvidos, pela riqueza das experiências vividas, por tudo o que aprendemos juntos, pelos obstáculos que tivemos que vencer, pelos progressos que eles fizeram na aprendizagem, pelos laços de amizade e de cooperação que se geraram, tal como uma "Mãe" não consegue indicar o filho preferido, também não me foi possível eleger um desses projectos. Por isso, optei por fazer uma muito breve referência a cada um deles.

Assim, nesse primeiro ano, foi escolhido como problema central - "A Água em Elvas" - e a população alvo foi uma turma do 8º ano. A falta de água é um problema centenário que, na altura, tinha sido minimizado com a captação da água da barragem do Caia. Os alunos cartografaram dados sobre as quedas pluviométricas, recolheram informação sobre o consumo de água e o seu respectivo tratamento.

Estudaram também o impacto da água na vegetação natural e nas actividades da população. Fizeram recolhas de notícias, relacionadas com o tema, em antigas edições dos jornais locais e reconstituíram a história da água em Elvas desde a construção do Aqueduto.

No ano lectivo seguinte, uma turma do 10º ano, escolheu como problema central - "O Ambiente em Elvas". Estudaram o espaço urbano desde a história da cidade, o respectivo desenvolvimento, o tecido urbano e os vários elos de muralhas, ligando o passado ao presente, fizeram o levantamento funcional da cidade. Privilegiando a relação cidade/campo, o espaço rural foi outro dos temas tratados, salientando-se o confronto entre a agricultura moderna e os vestígios da agricultura tradicional. Este trabalho teve continuidade no ano lectivo seguinte, com um estudo mais detalhado do "Mundo Rural" - as suas tradições (tarefas, vestuário, cantigas, alimentação, etc.), estabelecendo a comparação com a situação actual. (1)

Em 1988/89 (novamente com uma turma de 10º. ano), os alunos, alertados para os problemas inerentes a uma cidade de fronteira, diariamente visitada por população espanhola que ali se dirige para fazer compras, escolheram como problema central do projecto, um dos produtos que, de longa data, é procurado pelos espanhóis - o café. Chamaram a este projecto - "A Rota do Café". Esses jovens pesquisaram sobre a chegada do café à Europa, a sua divulgação, modo de consumo, relação com a sociedade da época e, ainda, as rotas comerciais. O tratamento do café até ser consumido, foi observado numa grande empresa situada perto de Elvas e que estava numa fase de remodelação, pois causava problemas em termos de fumos, cheiros e escoamento dos detritos. Preocupados com os problemas ambientais da

cidade, os alunos fizeram o levantamento de todos os locais onde se vende café em Elvas, tendo concluído que os destinatários dessas vendas são os espanhóis, os quais, afluem à cidade aumentando assustadoramente o trânsito automóvel, superlotando os parques de estacionamento e descaracterizando o comércio local. (2)

No ano lectivo seguinte (com uma turma do 9º.ano), os problemas levantaram-se à volta do "Guadiana". Assim, estudaram-se os níveis de poluição, as espécies de peixes que têm tendência a desaparecer, a vegetação natural em vias de extinção, tendo-se procurado as causas e a solução para os problemas detectados. Mas, na cidade, que é vizinha do Guadiana, os alunos encontraram mesclada entre as relíquias do passado, a realidade presente. A "Função" da cidade, de político-militar, passa a comercial e o Guadiana, que separou os povos, serve agora de "Elo de Ligação". (3)

Já estávamos no ano lectivo de 1990/91, quando se implementou um novo projecto, desta vez sobre - "As Frutas de Elvas". Frutas doces que, pela sua qualidade e exclusividade, foram tanto a nível nacional como internacional, de tal modo apreciadas, que contribuíram para que a nossa cidade se tornasse conhecida. Ligada à qualidade da fruta doce, está toda uma técnica de fabrico, a originalidade e beleza de embalagem, que é necessário manter não deixando que a tecnologia e a indiferença pela continuidade desta produção se sobreponha à sua preservação.

No ano lectivo transacto, por iniciativa da Escola Secundária de Mértola, as escolas secundárias pertencentes à Bacia Hidrográfica do Guadiana, deram as mãos, chamando a si entidades públicas e privadas da região, com influência e intervenção no meio e deram corpo a um

"Projecto Comum - O S.O.S. Guadiana". Em conjunto, planificámos e concretizámos actividades, reunimos periodicamente e estabelecemos intercâmbios. Aderimos a este projecto, porque, para além de todas as virtudes, ele pretende valorizar a actividade isolada de cada grupo/escola, reunindo esforços e transformando-o num "Todo". (4)

Centrando as nossa preocupações no Guadiana, recreámos este tema, desenvolvendo uma acção de pesquisa sobre as potencialidades turísticas do nosso Concelho, tendo, a partir de outros trabalhos, elaborado itinerários urbanos, onde se fez o levantamento de todos os monumentos da cidade e respectiva classificação. Destes primeiros itinerários, partiu-se depois para a elaboração de itinerários temáticos, tendo este material sido entregue à Câmara Municipal, tentando assim contribuir para a divulgação do concelho, pois, num Alentejo que apresenta graves sintomas de desertificação, impõe-se recriar situações que propiciem o bem-estar e a consequente fixação dos seus habitantes. Ora, o turismo poderá vir a ser uma das vias para o tão necessário desenvolvimento. Que ele surja sim, mas num ambiente puro e que se concretize respeitando-o. (5)

Presentemente, o problema da "seca" levou-nos a ver o "rio" segundo uma outra faceta, a da escassez de água e respectivas consequências. E assim, mais um projecto surgiu e está em curso.

É de salientar que, ultimamente, a ASPEA (Associação Portuguesa de Educação Ambiental) da qual faço parte, tem sido um outro espaço de troca de vivências e de saberes, enraizando ainda mais a minha firme aposta em Educar para o Ambiente.

Durante todos estes anos, a metodologia adoptada tem sido o "Trabalho-Projecto". Mas, este tipo de trabalho não se limita à sala de aula, os alunos têm necessidade de manter um contacto constante com as realidades locais. Impõem-se as saídas de campo, os percursos urbanos, as visitas a fábricas, as explorações agrícolas, o lançamento de inquéritos, a consulta a gabinetes de investigação, o contacto com especialistas, com políticos, com a população em geral - é um abrir as "portas da escola" para as realidades locais. E, assim, eles aprendem que qualquer tema não se estuda em compartimentos estanques, mas pode ser visto segundo perspectivas diferentes, completando-se, enriquecendo-se, fomentando-se, assim, o gosto pela investigação. Experimentam como as relações humanas se estreitam mais entre eles quando é necessário vencer obstáculos, dividir o trabalho, ouvir os outros e respeitar as suas ideias, cumprir prazos, responsabilizar-se por tarefas, elaborar textos e inventar formas de comunicar. Aprendem a sentirem-se felizes na escola e a fazerem uma boa gestão dos seus tempos livres.

Ao longo deste percurso, privilegiámos os estudos regionais. Temos tido como meta que os nossos jovens conheçam cada vez melhor a cidade e as áreas envolventes, que a conheçam com todos os seus encantos e desencantos, para que a possam "amar". Amando-a, irão valorizar e preservar, cada vez mais, as suas virtudes tentando, se não resolver, pelo menos minimizar os problemas detectados.

Assim, eles aprendem que as questões ambientais são urgentes e que a actuação local é uma das vias imperativas para que a ameaça da irreversibilidade seja travada. Mas, eles entendem ainda, que as maravilhas das gerações anteriores devem ser preservadas e

divulgadas, que elas fazem parte de um património cultural que, tal como o património natural, não temos o direito de destruir ou de, por comodidade, ignorar a sua existência.

Desta forma, os alunos são alertados a não se demitirem da responsabilidade, do sentido de solidariedade e da oportuna intervenção de que devem ser actores, principalmente quando se trata de problemas ligados ao ambiente.

Por isso, a actuação na própria escola é uma das prioridades: todo este trabalho é completado com a actividade do recém-criado Clube de Educação Ambiental, que abrange um maior número de alunos e onde os mais novos são orientados pelos mais experientes, essencialmente na conservação e limpeza dos edifícios e das salas, mas também na limpeza, conservação, tratamento e repovoamento das áreas verdes da escola.

Depois, segue-se a actuação fora dos "muros" da escola. Aí são os alertas à população, as exposições alusivas aos temas, a participação em programas da rádio local, a comunicação nos jornais e as sugestões junto dos responsáveis, nomeadamente da autarquia. Por tudo o que já foi dito, cada vez mais convictos de que, a nossa aposta em "Educar para o Ambiente", é um investimento cujo produto pode ser perceptível a curto e a longo prazo. Educando, estamos a preparar os cidadãos responsáveis do amanhã. É premente e é urgente apostar nestes jovens, pois as soluções passam inevitavelmente por uma intervenção, a qual só é possível através de uma mudança de mentalidades, pela criação de uma "Nova Ética".

Em conclusão, podemos mesmo interrogar - como é possível
EDUCAR sem EDUCAR PARA O AMBIENTE?

NOTAS:

- (1) - Trabalho apresentado pela professora dinamizadora, por proposta da Direcção-Geral do Ensino Secundário, na II Conferência Internacional de Educação Ambiental - Caretakers of the Environment, que se realizou em Segóvia/Espanha.
- (2) - Trabalho seleccionado e apresentado pela professora dinamizadora com outra professora e duas alunas, na III Conferência Internacional de Educação Ambiental - Caretakers of the Environment, que se realizou em Chicago/U.S.A.
- (3) - Trabalho seleccionado e apresentado pela professora dinamizadora num Curso do Conselho da Europa intitulado "Quadros de Vida - Ambiente e Ecologia", que teve lugar na Bélgica.
- (4) - Em representação do Projecto conjunto S.O.S. Guadiana, participou através de intervenção oral, no II Encontro Internacional do Rio Guadiana, que teve lugar em Serpa e no III Encontro de Educação Ambiental organizado pelo Instituto Nacional do Ambiente, em Oeiras.
- (5) - Trabalho seleccionado e apresentado na VI Conferência Internacional de Educação Ambiental - Caretakers of the Environment, que teve lugar em Troia.

Obs: Esta intervenção foi acompanhada da projecção de acetatos onde se podiam observar cartas de exploração de projectos e/ou trabalhos elaborados pelos alunos.

Painel: O papel da Escola e da Comunidade no processo da Educação Ambiental.

Moderador: Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo.

Intervenções: Prof. Doutor Bártolo Paiva Campos

Eng^o Carlos Pimenta

Prof. Doutor Lobato Faria

Dr. José Manuel Alho

Painel: O papel da Escola e da Comunidade no processo da Educação Ambiental.

Intervenção do Moderador

Agradeço imenso estes três testemunhos prestados extremamente interessantes e complementares entre si.

O testemunho apresentado pela Dr^a Helena Cavaco, foi claramente orientado para a descrição de um esquema organizativo e para a apresentação de metodologias de actuação destinadas a motivar instituições envolvidas no processo.

A opção que a Dr^a Conceição Martins fez de observar a formação dos professores nas Escolas Superiores de Educação, parece-me extremamente útil e será, certamente, uma das conclusões a retirar deste Colóquio quanto à importância da formação dos professores no aspecto integrado que foi anteriormente focado.

Finalmente, a intervenção entusiasta da Dr^a Maria Manuel Franco, fez-me lembrar as longas discussões que ouve no grupo a que eu tive a honra de pertencer com o Prof. Fraústo da Silva, com o Eng^o Roberto Carneiro e o Dr. Tavares Emídio, sobre a lógica de intervenção na chamada Área-Escola, que foi lançada no documento inicial sobre a Reforma Curricular. O que neste Colóquio, foi testemunhado é que se torna possível executar projectos do tipo da Área-Escola, mesmo sem haver no currículo a própria Área-Escola. Isto é, a força dos projectos, a sua realização e, sobretudo, a concepção da escola como projecto não está ligada a tempos curriculares específicos. Pessoalmente, penso ser

esta uma das conclusões - existe uma grande diferença entre o que se faz em termos de desenvolvimento curricular e o que se passa na escola e na prática quotidiana.

Prof. Doutor Bartólo Paiva Campos *

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO QUADRO DA FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL

Como é conhecido, a Lei de Bases do Sistema Educativo determinou, em 1986, que "os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, prevenção de acidentes, a educação para a saúde e a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outras do mesmo âmbito" (nº 2, artº 47º da Lei 46/86 de 14 de Outubro).

Três anos mais tarde, o decreto da Reforma Curricular (Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto) prevê quatro estratégias para assegurar a formação pessoal e social não só no ensino básico, mas também no

* Presidente do Conselho Coordenador de Formação Contínua e Membro do Conselho Nacional de Educação.

ensino secundário, como aliás, recomendara o Conselho Nacional de Educação:

- a) *Estratégia transdisciplinar*: "Todas as componentes curriculares dos ensinos básico e secundário devem contribuir de forma sistemática para a formação pessoal e social dos educandos" (n.º1 do art.º 7.º);
- b) *Estratégia multidisciplinar*, ou seja, através da Área-Escola (art.º 6.º) de que um dos objectivos é precisamente a formação pessoal e social; a Área-Escola é uma área *curricular* mas *não disciplinar* cuja organização cabe à escola, como o nome prenuncia, e dispõe de 95 a 110 horas anuais a utilizar na carga horária das várias disciplinas, pressupondo-se que é operacionalizada através de actividades, nomeadamente de projecto, em que não só cargas horárias das diferentes disciplinas mas também os docentes destas estão envolvidos;
- c) *Estratégia disciplinar*: há ainda "a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, onde se concretizam de modo especial as matérias enunciadas no n.º 2 do art.º 47.º da Lei de Bases" (n.º 2 do art.º 7.º); como também é sabido, em alternativa a esta disciplina "os alunos poderão optar pela disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica ou de outras confissões" (n.º 4 do art.º 7.º);
- d) *Estratégia de complemento curricular*: às actividades de complemento curricular previstas na Lei de Bases (art.º 48.º)

também são atribuídos objectivos de formação pessoal e social.

Até agora, a área de formação pessoal e social pessoal e social está a ser experimentada, desde 1991-92, em 19 escolas dos vários níveis de ensino, sob a orientação e coordenação do Instituto de Inovação Educacional, a quem coube elaborar os programas para a referida estratégia disciplinar. Os docentes responsáveis seguiram um programa de formação assegurado por cinco Escolas Superiores de Educação. A expansão da área depende em grande parte da formação de professores para o efeito, o que vai agora recomeçar, sobretudo no quadro do sistema de formação contínua de professores, recentemente criado.

Vemos, pois, que as hipóteses abertas à Educação Ambiental pela Reforma Educativa, em curso, são inúmeras. Nesta minha breve comunicação, não vou examinar como cada uma das estratégias referidas pode contribuir concretamente para a Educação Ambiental das crianças e dos jovens ao longo da escolaridade básica e secundária, o que deixo para os especialistas no domínio. Vou apenas abordar algumas questões levantadas por estas estratégias as quais, tendo implicações para toda a área de formação pessoal e social, não deixarão por conseguinte de ser relevantes, espero, para a componente desta que é a Educação Ambiental. Sem esquecer que as diversas componentes se interpenetram.

O que se segue pressupõe que a formação pessoal e social, em geral, e a Educação Ambiental em especial, tem a ver, em última análise, com a capacitação das crianças e jovens *para agir* face às várias questões de existência. E para agir de maneira autónoma, ainda que interdependente.

1. O que nos reenvia de imediato à primeira questão que tem a ver, simultaneamente, com as razões e dificuldades de inserção das componentes de formação pessoal e social nos planos curriculares. Tão habituados estamos a que os planos curriculares, ou as ocasiões sistematicamente planeadas de aprendizagem na escola, estejam organizadas por disciplinas do saber que, por vezes, somos levados a pensar que tal corresponde à ordem natural e, portanto, inevitável das coisas. Se durante muito tempo o ensino primário constituiu uma certa reserva à invasão disciplinar, isso acontece cada vez menos. Ora a organização curricular centrada nas disciplinas torna difícil que as ocasiões de aprendizagem se centrem nos problemas de vida e capacitem para a acção^(*). Mas nenhuma Reforma Educativa tem conseguido enfrentar directamente a *organização curricular disciplinar* nomeadamente porque esta é mantida por uma série de forças sociais poderosas e tal confronto exigiria muitas mudanças incómodas nestas. De tal modo que as perspectivas alternativas à organização curricular disciplinar se têm ficado por propostas ou pequenas experiências.

A perspectiva alternativa mais conhecida é a designada por *organização curricular centrada nos problemas*. Nesta abordagem as ocasiões de aprendizagem estariam centradas em temas e questões que emergem do contexto da vida pessoal e social tais como: poluição

(*) A aplicação desta questão à formação pessoal e social feita por Beane (1990) inspirou-nos nestas considerações.

ambiental, distribuição da riqueza, diversidade cultural, habitação, publicidade, relações humanas, vida na escola, etc..

Nesta perspectiva, os factos, os conceitos e os princípios - aspectos privilegiados na organização disciplinar - não são ignorados, mas a eles se recorre quando necessário para explorar e analisar o problema e nele agir. Por exemplo, quando centrados na poluição ambiental, conceitos como os de energia, disponibilidade de recursos, distribuição da população, tecnologia, atitudes sociais e muitas outras entram em cena; o mesmo se diga de competências como ler, escrever, ouvir, observar. A diferença entre as duas perspectivas é que, na tradicional, todos estes aspectos são encarados de modo isolado e em diversas disciplinas enquanto que, na agora considerada, convergem à volta de uma questão significativa da vida real com a qual estão relacionadas. A organização curricular centrada nos problemas situa a informação e as competências como meios para fins mais globais e não como fins em si próprios. Oferece possibilidade de pensamento crítico e de acção. Facilita o quebrar das barreiras entre o que se passa na escola e nas experiências de vida fora da escola.

2. Não estando nós perante uma organização curricular totalmente centrada em problemas, o certo é que isso é possível em cerca de um décimo da mesma, através da Área-Escola e mesmo no espaço proporcionado pela chamada disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social que, em meu entender, não deve ser organizada segundo a lógica disciplinar. Deste modo, e em termos de currículo explícito, a Área-Escola poderia ser o epicentro da formação pessoal e social relativamente à qual se situariam as outras estratégias com a respectiva especificidade no conjunto. Na experiência de desenvolvimento da área

de formação pessoal e social entre nós, no que à definição central diz respeito, a atenção tem estado mais centrada na disciplina e respectivos programas e não se tem posto muito o acento nas hipóteses de articulação entre as várias estratégias. Assinale-se que, no terreno, parece que a tendência é para procurar agir numa visão mais englobante. Mas é certo que isso aconteceria mais onde já funciona a disciplina. Nas outras escolas, onde é suposto estar a funcionar a Área-Escola e a perspectiva transdisciplinar, os objectivos da formação pessoal e social não seriam ainda explicitamente considerados ou pelo menos não o seriam em termos de integração de uma série de estratégias.

Portanto, a segunda ideia que gostaria de deixar (a primeira tinha a ver com a organização curricular disciplinar centrada nos problemas) é a de que a Educação Ambiental, como componente de formação pessoal e social, deveria ser preocupação de todos os professores nos projectos realizados na Área-Escola - dos quais de modo algum estaria excluída a participação na resolução de problemas concretos da comunidade - e nos quais adquiririam sentido os factos, conceitos e princípios relacionados com a questão ambiental abordados em cada disciplina; o tempo proporcionado pela disciplina específica - Desenvolvimento Pessoal e Social - pode ser consagrado à expressão, ao diálogo e à integração pessoal relativamente às experiências a que os projectos da Área-Escola e as aprendizagens de cada disciplina deram aso, criando ainda espaço para a respectiva articulação com as outras experiências de vida ocorridas fora da escola ou mesmo na escola, mas fora dos tempos curriculares; esperemos que não se transformará em mais uma disciplina, com um programa nacional, um grupo docente, um professor, um horário, um manual, testes e notas. As actividades de

complemento curricular, com a característica de não envolverem obrigatoriamente todos os alunos, podiam ser ocasião de prolongamento dos projectos iniciados na Área-Escola ou de emergência de outros.

3. A experiência tende, no entanto a evidenciar que os objectivos da formação pessoal (na qual se inclui a educação ecológica) são de difícil prossecução quando os esforços se concentram nas estratégias curriculares, mesmo que estas funcionem plenamente e de forma articulada. A formação pessoal e social resulta da interpenetração de um vasto conjunto de experiências. As experiências escolares não curriculares e as experiências fora da escola tenderiam a ter uma influência porventura superior às curriculares; acontece que as primeiras, não raro, caminham em sentido contraditório ao desejado pelos esforços curriculares específicos. Daí que sejam frequentes as referências ao currículo implícito e à participação da comunidade na formação pessoal e social, em geral, e na Educação Ambiental, em especial.

No quadro de currículo implícito referem-se os aspectos relacionais das práticas pedagógicas, os modos de organizar as situações de aprendizagem, a estrutura e as normas da organização da escola etc.. Neste quadro se inserem as metodologias de aprendizagem cooperativa ou competitiva, de participação activa dos alunos não só nas actividades de aprendizagem, mas também em decisões relativas a aspectos do desenvolvimento curricular e da organização da turma ou da própria escola. Igualmente, se situam aqui as referências ao clima de escola. É diferente, em termos de contexto de formação pessoal e social, a escola cujo clima enfatiza "a manutenção da ordem, os procedimentos

autocráticos, a etiquetagem dos alunos, as sanções punitivas, (...) o anonimato e a obediência" (Beane, 1990, 152) daquela que se caracteriza por "procedimentos democráticos, graus elevados de interacção, personalização, respeito pela dignidade pessoal, auto-disciplina, flexibilidade e tomada de decisão participada" (Beane, 1990, 152-53).

Além disso, outros aspectos mais específicos da cultura da própria escola podem não ser consistentes com os objectivos da sua intervenção no domínio da formação pessoal e social: as atitudes e comportamentos de todas as pessoas que se encontram na escola - alunos, professores e pessoal não-docente - são comparáveis aos do resto da sociedade, o que por vezes está na origem de mensagens conflituais.

A ideia que está subjacente quando se acentua o esquecimento do currículo implícito é a de que não basta *acrescentar* novas disciplinas, novas áreas, novos programas de intervenção ao que já decorre na escola. De facto, nunca se começa nada do zero. E o que seria necessário, mas mais difícil, é procurar transformar o que já acontece, o que exige, entre outras coisas, um envolvimento mais alargado dos principais implicados e, não apenas, de um ou outro.

Quanto ao papel da comunidade extra-escolar. Também aqui se coloca a questão da inconsistência entre os eventuais objectivos da escola e as mensagens provenientes de fora desta. Não se pode esperar que um programa escolar mude os comportamentos em direcção oposta à realidade vivida pelas crianças e adolescentes moldados pelos modelos dos adultos, pelo grupo dos pares, pelos meios de comunicação social, pela publicidade. E é claro que a contradição e

eficácia negativa desta mensagem social não é contrariada pelo facto de se saber que a sociedade está disponível para investir dinheiro em campanhas de informação e Educação Ambiental, sexual ou sobre o abuso de drogas, por exemplo.

Pelo que, costuma sugerir-se que a melhor maneira de conseguir mudanças através de programas de intervenção escolar é a de os conjugar com intervenções paralelas na comunidade.

4. Uma das principais raízes das dificuldades que levanta o desenvolvimento da área de formação pessoal e social na escola é o facto de esta exigir a passagem da organização curricular disciplinar para a organização curricular centrada em problemas e da centração no currículo explícito para a consideração do currículo implícito. É que tudo na escola está estruturado em função da organização curricular disciplinar e no aparente esquecimento do currículo implícito. Mexer aqui é mexer em tudo e não apenas na construção desta área.

Daí que a estratégia de desenvolvimento curricular que teria tendência a aconselhar para esta área seria não o modelo fechado e central - predominante, embora não inevitavelmente, na organização curricular disciplinar mas um modelo aberto e local. Mais do que produzir programas bem definidos a nível central, parece adequado fomentar a emergência local de práticas educativas e modos de organização escolar que, sistematizados e avaliados, constituirão, progressivamente, se divulgados, a base de inspiração para a actuação dos professores num número cada vez mais alargado de escolas.

A formação de professores, por sua vez, dado que estes, em geral, são especialistas disciplinares, tendo ainda em conta a necessidade da

construção no terreno acabada de referir e na medida em que se exigem a interpenetração de vertentes profissionais com vertentes pessoais e um novo estilo de relação entre professores e entre estes e os alunos, deverá efectuar-se essencialmente através da implicação dos formandos em projectos centrados na pesquisa/ensaio de formas adequadas à prossecução dos objectivos da formação pessoal e social no âmbito do currículo explícito e implícito, o que não deixará de ir de par com a progressiva transformação da escola cujos contornos específicos não é possível neste momento definir.

Bibliografia

Beane, J. (1990). *Affect in the curriculum: Toward democracy, dignity and diversity*. N. Y. e Londres: Teachers College Press.

Eng^o Carlos Pimenta *

Literalmente falando, eu sou um produto da Educação Ambiental. Foram os programas da Comissão Nacional do Ambiente na televisão, o "Há só uma Terra", depois os colóquios do Professor Evangelista, do Doutor Almeida Fernandes, as conversas com o Doutor Silva de

* Ex-Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais e deputado do Parlamento Europeu.

Sousa, os filmes de La Fuente na televisão, a assinatura que os meus pais fizeram da National Geographic, algumas silvicultoras amigas da família, enfim, foi tudo isto que aos poucos me veio despertar cada vez mais a atenção para o Ambiente. Daí resultou começar eu próprio a fazer Educação Ambiental, muito modestamente, a título privado, no GEOTA. Já lá vão dez anos. Em 1980/81, andava aos fins-de-semana num carrinho pequenino acompanhado de outras pessoas, a fazer muito modestamente, aquilo que a Dr^a Maria Manuel Franco descreveu a propósito de Elvas, experiência magnífica, aliás. Chegávamos ao local, montávamos a tenda e fazíamos, durante uma semana, muitas vezes com o apoio do Dr Almeida Fernandes e do Professor Evangelista, sessões de leitura da paisagem com alunos, com professores, com autarcas, dando umas noções básicas do que é o ambiente, tema que na altura era ainda pouco falado.

Por exemplo, lembro-me da guerra que nós tivemos em 1986 com Aldeadavilla. Nesse ano, estava eu no Gabinete quando me telefonou uma das pessoas que, em 1982, tinha assistido a um fim-de-semana de mobilização e formação em Mogadouro. Disse-me: "Isto não pode ser, vamos fazer coisas, vamo-nos organizar; eu faço uma marcha de bicicleta, vamos invadir a Espanha de bicicleta em conjunto com associações de defesa do ambiente do lado espanhol...". Isto não teria sido possível se a semente não tivesse ficado, no Mogadouro, seis ou sete anos antes.

Não tenho a competência específica que possuem os participantes neste Colóquio, porque não sou um profissional de educação e não tenho, portanto, essa vivência. Sendo assim, vou fazer duas ou três reflexões pessoais que incidem mais sobre o resultado final da

Educação Ambiental. Para mim, uma Educação Ambiental terá três níveis de resultados - um a título individual, outro relativo à inserção da pessoa na colectividade e na região, e outro a nível nacional e mesmo supra-nacional.

A título individual, penso que a descoberta da beleza da natureza e da harmonia, tem que vir a par da educação para a arte e para a estética, da abertura para o sublime. Isto, porque sabemos que, sobretudo nas zonas suburbanas, se as pessoas não forem habituadas a apreciar o que é belo num quadro, numa peça de música, num passo de dança, não conseguirão nunca ultrapassar essa limitação. Há quem não consiga nunca emocionar-se perante uma paisagem, perante uma flor ou perante uma vida e esta descoberta do sublime e da estética, tem de começar desde a juventude, sendo indispensável para as crianças, sobretudo para aquelas que vivem à volta das grandes cidades. Se isso for conseguido, as pessoas têm uma nova atitude perante a vida, descobrem-lhe dimensões novas - que no seu quotidiano normal, reducionista, com 36 horas por semana de telenovela, não encontram. Gente que consegue emocionar-se perante uma árvore derrubada, perante uma paisagem, é gente que depois está aberta a ter comportamentos conscientes, enquanto consumidor votante e, porque não, activista.

Passando para o segundo nível, o da pessoa na colectividade. Hoje abrem-se espaços novos, embora ainda muito incipientes, à participação dos cidadãos. A discussão dos Planos Directores Municipais, que no fundo fixam uma imagem daquilo que vai ser a utilização do território nacional nos próximos dez anos, foi a grande oportunidade de influir sobre a paisagem, sobre a localização das

actividades e das zonas urbanas, industriais, de lazer, de concentração da natureza, agrícolas, de paisagem protegida, etc. É um projecto com validade para dez anos, pelo que a sua preparação é fundamental. A lei exigia debate e audição pública e, ou por falta de treino dos autarcas ou por interesses inconfessáveis ou por práticas do exercício do poder anquilosadas e não abertas ao cidadão, o que é certo é que, de forma genérica, a participação das pessoas nos planos Directores Municipais, independentemente de serem áreas rurais ou urbanas, deste ou daquele partido político, foi extremamente deficiente. À partida, nem as Câmaras fizeram uma tradução perceptível daqueles mapas, que só técnicos é que conseguem perceber, nem as pessoas se juntaram para ler, para estudar, para participar. Ora, não se juntaram precisamente porque não estavam despertas para um grau de participação maior do que o do reflexo imediato de lutar, porque há uma lixeira à porta ou porque há um rio que cheira mal. É fácil mobilizar alguém para o problema que está ao pé da porta, há, contudo, que conseguir fazer passar da experiência local para uma compreensão de grau superior. Este segundo grau, é não só o do indivíduo que se emociona, que participa, que tem gosto de saber, mas daquele que actua na colectividade local, na região, num determinado contexto de residência, de vida e de trabalho.

Tenho para mim que, enquanto Portugal não ultrapassar este corte entre o que é a delegação do poder pelo voto e o que é a participação das pessoas, nunca conseguirá ser uma sociedade verdadeiramente civilizada. Tem que haver uma devolução do poder em relação aos cidadãos, o que pressupõe que eles também tenham uma atitude muito mais exigente, crítica e participativa em relação às decisões que modelam o seu quotidiano. Portanto, a Educação Ambiental, neste

segundo nível, tem que levar a pessoa não apenas a lutar por causa da pedreira, do rio, porque querem destruir o litoral, porque deitam abaixo uma árvore centenária e porque essa pessoa vê e se sente agredida, mas também tem que a levar a inquietar-se sobre o que é o património natural da sua terra, a sua história, conseguir perceber a interrelação entre o património natural e as actividades humanas ao longo dos séculos, ou como é que os homens resolveram os seus problemas de adaptação ao ambiente. De seguida, ela deverá lutar por um modelo mais humanizado e com formas de participação mais elaboradas, tal como participar na discussão de um Plano Director Municipal, de um Plano de Ordenamento, de um Plano de Gestão Urbanística, ter voz activa na Assembleia Municipal ou ligar-se a uma associação local.

Regressando ao universo do ensino e das escolas, é sem dúvida estupendo que os alunos mais motivados passem mesmo à fase de fazerem eles próprios material didáctico. Recordo-me que, por ocasião da campanha do Ano Europeu do Ambiente e na Campanha Educativa da Água, a resposta das escolas na preparação das coisas foi extraordinária.

À partida não pensávamos que os miúdos fossem capazes de fazer guiões para programas de vídeo e eles fizeram-no. E fizeram bem.

Finalmente, há que despontar para um terceiro nível de intervenção, o dos problemas mais globais ou nacionais. Por exemplo, uma coisa que não aprendi quando andava no liceu, nem no Técnico, é a compreensão sistémica global do funcionamento do planeta. Não quero ir tão longe como o conceito de Gaia de James Lovelock, mas desejo que os alunos possam perceber que, hoje em dia, os problemas do Ambiente não são apenas o problema desta lixeira nem daquele rio; o

importante é o problema do sistema global, da análise sistémica de um planeta que está em ruptura. E está em ruptura por uma série de factores, como a acumulação persistente nos ciclos naturais de substâncias tóxicas persistentes. Está em ruptura, porque a transformação da atmosfera é mais rápida nos últimos 100 anos do que nos últimos 100.000; está em ruptura, porque há 25% de espécies que desapareceram nos últimos 100 anos, ou seja, 1/4 de toda a vida na terra está em vias de desaparecer e as pessoas têm que perceber que fazem parte dum barco único, que há só uma Terra, e que há conceitos planetários e globais que ultrapassam uma visão apenas local ou nacional, ou de conceitos de soberania estabelecidos no Direito Internacional e que têm que ser também postos em causa. Não concebo que uma geração ou um País tenha a soberania total sobre o seu território, sobre as espécies que vivem no seu território, não, pelo contrário, é guardião e tem obrigação de gerir e de cuidar este património. Existem outras gerações que vêm a seguir à nossa e há um património comum da humanidade que temos obrigação de preservar para elas.

Em conclusão, quero ainda salientar que como consequência do protocolo que foi assinado em 85/86 entre os Ministérios do Ambiente e da Educação, temos resultados assinaláveis e, por exemplo, os Parques Naturais também hoje se viraram para a Educação Ambiental. Antes só tínhamos esta experiência em S. Jacinto, enquanto que, hoje em dia, faz-se Educação Ambiental em muitos Parques, tendo-se construído óptimos Centros de Interpretação. Considero ainda que o INamb é uma experiência óptima, bem como aquilo que foi feito pela Direcção-Geral do Ensino Básico no domínio da Educação Ambiental.

Queria terminar com duas notas. A primeira é que, para mim, há que levantar o nível de exigências e de expectativas das pessoas em Portugal. A pessoa que agora compra um carro, que nunca teve um carro antes, está satisfeita, apesar dos 12 km de bicha para chegar a Lisboa. Continua satisfeita, porque está sentada dentro do seu carro e dantes estava no barco ou na camioneta. Mas há algo de errado nesta satisfação. Tudo isto, é uma forma de aceitação de uma realidade que me choca e que conduz à passividade dos cidadãos e a uma facilidade para o poder político, que não devia ser possível. Há que aumentar o grau de expectativas, o grau de exigências e o grau de empenhamento das pessoas.

A segunda, é que há que combater o baixo nível de participação associativa dos cidadãos. Não temos a matriz cultural do Norte da Europa. A nossa matriz cultural sempre foi de Poder Central forte. Não temos aquela matriz nórdica em que as pessoas tomaram os assuntos em mãos e criaram redes de solidariedade e códigos de ética. Nós não temos isso, mas temos que passar esta mensagem aos alunos. O empenhamento cívico tem que passar pelas pessoas terem a generosidade de ocupar algum do seu tempo no aprofundamento e na participação organizada de soluções. Pode começar a nível da escola, das equipas ou das turmas, com o empenhamento na melhoria do ambiente envolvente. A minha experiência no Ano Europeu do Ambiente, foi uma experiência óptima em que 2/3 do orçamento foram geridos por um conjunto de Organizações do Ambiente, representando também as Associações de Municípios, que escolheram e fizeram os projectos. Isto é óptimo, porque ao mesmo tempo, obrigou as pessoas a frequentar organismos de Associação de Defesa do Ambiente, de

Património Cultural ou outras. O que é preciso, é realmente enriquecer a participação cívica, a relação associativa das pessoas.

Portanto, para mim, esta descoberta do Ambiente, tanto quanto a da Arte, da Estética e doutras dimensões da vida, é uma descoberta que nós temos que transmitir aos nossos alunos e aos nossos jovens e depois, a seguir, procurar tê-los como cidadãos activos e não apenas como passivos.

Muito obrigado.

Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo

Muito obrigado ao Eng^o Carlos Pimenta pela sua tão entusiástica e empenhada exposição. Vou dar a palavra ao Prof. Lobato de Faria. Permitam-me apenas que faça dois brevíssimos comentários.

O primeiro, porque gostava de fazer uma rapidíssima apresentação do Prof. Lobato de Faria, professor da Escola Nacional de Saúde Pública, instituição que merece o nosso maior respeito, sobretudo, pelo trabalho que tem vindo a fazer em prol da saúde dos portugueses. O segundo comentário refere-se a ele próprio. O Prof. Lobato de Faria há muitos anos que se dedica aos problemas da Engenharia Sanitária, concretamente desde os anos 60, em que se tornou num militante activo desta problemática. É uma pessoa que reflecte, que estuda, que se documenta, sendo, portanto, com muito interesse e grande expectativa, que nós o vamos escutar. A terceira razão, permitam-me, é muito

pessoal. O Prof. Lobato de Faria é uma das minhas referências de juventude, foi um dos meus ídolos e não quero deixar de o saudar, agora que sou Presidente do Conselho Nacional de Educação.

Prof. Doutor Lobato Faria

1. Para suscitar o maior número possível de intervenções no debate, procurarei evitar qualquer análise exaustiva ou de pormenor e contribuir apenas para a construção de objectivos concretos do que nos é proposto no título do Painel: "O Papel da Escola e da Comunidade no Processo da Educação Ambiental".

O documento preparatório deste Colóquio, da autoria dos organizadores e atempadamente distribuído, constitui um excelente repositório de matérias sobre a Evolução e as Questões Actuais da Educação Ambiental em Portugal.

Chamou-me a atenção a valia das orientações, nele transcritas, constantes do chamado "Documento Fraústo", referentes à formação para a cidadania, integrando, por um lado, a dimensão para a cidadania e, por outro, a dimensão pessoal. Podem ler-se esses objectivos gerais nas páginas 9 e 10 do documento de base deste Colóquio.

Em meu entender, estão lançados da melhor maneira os fundamentos legais e institucionais que permitem e permitirão a plena introdução da Educação Ambiental no Sistema Educativo e o desenvolvimento de práticas correctas de intervenção no seu âmbito.

Esta ideia mais se reforçou com a apresentação e o debate das comunicações desta manhã.

Porém, sinto que é chegado o momento de passar da teoria à prática e a melhor resposta a este meu sentimento reside precisamente em aprofundar o tema deste painel: que a Escola e a Comunidade devem dar as mãos e contribuir para a Educação Ambiental, a ninguém oferece dúvidas; quais os princípios, as formas, os limites e as metodologias dessa contribuição, penso que suscitarão questões a muitos de nós.

Passar das intenções às realizações, esclarecer com clareza os principais vectores de um (necessariamente vasto) programa de colaboração, tal é a finalidade desta modestíssima intervenção.

2. Dado que a minha prática profissional me tem, desde há muito, confrontado com as actividades de educação sanitária, é natural que faça um paralelo e vos tente transmitir algumas das lições que aprendi.

A melhor maneira de começar é procurar fornecer-vos uma ideia do que aconteceu nos Estados Unidos há cerca de quinze anos, quando se levantou o problema da ineficácia dos dinheiros públicos gastos em educação sanitária, em termos de melhoria das condições de saúde da população, e se iniciou uma verdadeira revolução nas metodologias de abordagem das suas intervenções.

Um dos principais arautos destas posições críticas, o Prof. Knowles, escrevia:

"Os programas escolares confinam-se a slogans peremptórios sobre os malefícios das doenças e a cartazes e autocolantes sobre o escovar dos dentes ou as vantagens de comer 3 refeições por dia; não há

qualquer avaliação para determinar se os alunos aprenderam alguma coisa.

As crianças estão fartas de ouvir "esfrega os dentes", "não comas essas porcarias", "vai para a cama cedo" e "faz exercício".

Apontavam-se ainda as três grandes falácias da educação sanitária daqueles tempos:

. A "vasilha vazia";

. O "quanto mais, melhor";

. Os pré-juízos de valor sobre metodologias (educação feita por todos, por exemplo).

Daí em diante, a orientação da "American Public Health Association" mudou radicalmente no sentido de considerar essencial: 1º.) forma de abordagem centrada no planeamento e na avaliação de programas, e 2º.) a colaboração de organizações não governamentais da comunidade na preparação e na execução destes programas.

Estas novas ideias têm resultado de maneira espectacular e permitem-nos extrapolá-las, com alguma esperança, para o caso presente da Educação Ambiental no nosso País. Não se trata de adoptar, mas sim de adaptar às características próprias dos casos nacionais.

3. Os processos de planeamento e programação são conhecidos, trata-se de projectar um conjunto de actividades destinado a atingir determinados objectivos num dado período de tempo.

Nesta intervenção, apenas interessa reflectir sobre as características especialmente adaptadas à Educação Ambiental em cada uma das fases clássicas de elaboração dos projectos:

1ª. Diagnósticos de situação:

1.1. Qualidade de vida:

Levantamento de problemas ambientais que o projecto pretende resolver ou atenuar;

1.2. Causas dos problemas ambientais relacionadas com as atitudes e comportamentos;

1.3. Educação: factores predisponentes, habilitadores e reforçadores;

1.4. Institucional: Levantamento de potencialidades.

2ª Identificação das componentes de Educação Ambiental, estabelecimento de temas para projectos e formulação de objectivos.

3ª. Projecto de actividades e detalhe das intervenções: quem faz o quê durante quanto tempo.

4ª. Orçamernto pormenorizado e fontes de financiamento.

5ª. Metodologia de avaliação de:

5.1. Grau de adaptação voluntária de atitudes e comportamentos;

5.2. Grau de consecução na correcção e, ou prevenção de disfunções ambientais e na promoção de uma ambiente equilibrado;

5.3: Grau de cumprimento do orçamento e dos programas de financiamento.

6ª. Divulgação dos resultados do projecto e possibilidades de continuação ou de replicação em outras condições ou locais.

Em todo o processo, reflectir muito especialmente em 2 vertentes:

- Em que medida se vai contribuir para a disseminação da ideia da harmonia entre o desenvolvimento suportável e o equilíbrio dos mesossistemas e a preservação dos recursos naturais.
- Resistir ao que chamo 3 tentações da Educação Ambiental: a tentação maniqueísta, que conduz à frustração e à violência; a tentação ecolócrática, que leva ao nihilismo e ao abandono; a tentação tecnologista, com os totalitarismos e os complexos de Ícaro subjacentes.

Dr. José Manuel Alho *

**O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE NO
PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A nossa sociedade sofre os custos da generalidade do uso de um modelo de desenvolvimento que assenta na utilização dos recursos naturais sem equacionar o seu impacto sobre o Ambiente.

O nosso planeta atinge uma qualidade ambiental preocupante, comprometendo-se hoje seriamente o nosso Futuro na Terra.

Têm sido inúmeros os apelos e chamadas de atenção para o estado da degradação do nosso Planeta, sendo de realçar, pela sua dimensão, a última Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), onde foram tratados os problemas da Biodiversidade, Aquecimento Global, Depleção da Camada de Ozono e Protecção das Florestas, numa tentativa de reformular a futura relação do Homem com a Terra, como forma de garantir a nossa sobrevivência e a do Planeta que integramos.

Embora as decisões e acordos político-económicos sejam essenciais para garantir uma melhor qualidade do Ambiente, é fundamental que se alterem comportamentos e se reformule o papel do Homem - ou seja, através da educação das pessoas pelo Ambiente - EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

* Coordenador Nacional da Educação Ambiental da QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza.

A E.A., surge actualmente como necessidade fundamental na formação cívica para uma nova cidadania onde os valores ambientais e a qualidade de vida se destacam como essenciais.

Por estas razões, a Quercus desenvolve um grande esforço na dinamização da Educação Ambiental através dos seus diferentes núcleos pelo País.

Entendemos por Educação Ambiental não apenas um estatuto, tantas vezes menosprezado e ridicularizado, de transmitir mensagens ingenuamente ambientalistas às crianças, mas um estatuto importante na estratégia de defesa do Ambiente.

A E.A. representa para nós, como tentamos representar na figura, o centro de uma complexa teia de relações em que a E.A. serve de veículo de sensibilização e de intercâmbio, mas também de forte agente de intervenção e relacionamento institucional, contribuindo, na sua linguagem específica, para o desenvolvimento e conservação das regiões.



A sustentação técnico-científica da E.A. é garantida através das áreas de estudo/investigação, formação e juventude, apoiados por diversificados materiais didáticos dirigidos para a especificidade dos agentes a sensibilizar.

Acreditamos que esta seja a modalidade mais correcta de dinamizar a E.A., através da rentabilização dos contributos das várias áreas de actuação da Associação, conferindo-lhe também o necessário dinamismo, essencial para uma acção eficaz na modificação dos comportamentos que nos irão transformar em construtores de um Ambiente que seja participado por todos os cidadãos do Planeta.

Embora as acções de E.A. desenvolvidas pela Quercus, se destinem muitas vezes à população em geral, o principal campo de actuação tem sido e continua a ser o meio escolar.

A generalidade das acções têm sido desenvolvidas nas escolas ou com a participação dos alunos das escolas.

As acções de E.A. promovidas ou apoiadas pela Quercus, distribuem-se pelos seguintes níveis:

a) Sessões de sensibilização para grupos de alunos apoiadas em audiovisuais.

b) Montagem de exposições temáticas ou apoio a exposições concretizadas pelas escolas.

c) Participação ou dinamização de projectos de E.A: mais elaborados de maior duração recorrendo às potencialidades oferecidas pela interdisciplinaridade a nível de escola.

d) Dinamização de projectos integrados de E.A. envolvendo diferentes escolas da mesma zona, normalmente apoiados pelas autarquias ou outras instituições (Porto, Lisboa, Sintra, Leiria e Fátima).

e) Produção e distribuição de materiais de informação/sensibilização subordinados a temas específicos.

f) Organização de programas de ocupação dos tempos livres como campos de férias educativas, campos de trabalho, actividades de ar livre em férias ou fins de semana, dirigidos aos jovens em idade escolar. Neste caso particular, esboça-se a criação de uma Rede de Reservas Ecológicas Educativas, instaladas em áreas naturais de intervenção da Associação (Tejo Internacional, Alto Nabão, S.Cristovão,...).

Em nossa opinião a evolução sofrida nos programas curriculares e em particular as potencialidades oferecidas pela Reforma Educativa têm sido impulsionadas fundamentalmente para a concretização da E.A. nas escolas.

A Área-Escola e as actividades de complemento curricular, em particular, permitem soluções educativas de âmbito ambiental que não seriam possíveis anteriormente. No entanto, não resolvem de forma satisfatória os muitos entraves a um bom desempenho de professores, alunos e ADA.

A primeira dificuldade vivida por professores e alunos, prende-se com a falta de materiais de informação/sensibilização em quantidade e variedade que sirvam de suporte aos projectos que pretendem dinamizar.

Recorrem às instituições oficiais e às ADA, formulando pedidos de materiais que, na generalidade, não podem ser atendidos da forma que os dinamizadores dos projectos desejariam para uma satisfatória concretização das suas acções (exposições, distribuição individual por

aluno, tratamento de certas temáticas de carácter mais específico ou mais local), normalmente por insuficiências orçamentais.

No que respeita à Quercus, o atendimento destas solicitações fica, regra geral, dependente de apoios das instituições oficiais (INAmb, SNPRCN), ou de sensibilidade das autarquias em apoiar projectos de estudo e produção de materiais didácticos nas suas áreas geográficas o que normalmente acontece com carácter excepcional.

Outra dificuldade sentida é a falta de apoio à E.A. nas escolas por falta de animadores que reúnem o mínimo de condições pedagógico-científicas que tornem eficaz a sua colaboração.

Este recurso por parte da Quercus está circunscrito a um reduzido número de professores ou outros técnicos, membros da associação, que em regime voluntário se prestam a estas actividades nos poucos tempos livres da sua actividade profissional.

É uma solução pouco eficaz por estar sujeita à motivação e disponibilidade de pessoas que, por norma, tem carácter transitório no tempo, dado o desgaste e o stress provocado por este acumular de funções que normalmente se reflectem na qualidade das acções desenvolvidas.

Assim, em nossa opinião, atendendo aos níveis de dificuldades apontados e de forma a permitir uma acção eficaz de E.A. nas escolas, urge tomar algumas medidas que tomamos a liberdade de apontar:

1. As escolas têm de ser apetrechadas com orçamentos que permitam a aquisição e produção de materiais auxiliares e uma cabal realização dos seus projectos de E.A..

2. A exemplo do que em diferentes áreas de intervenção escolar (manutenção, transportes escolares,...), é necessário intensificar a participação das autarquias no apoio a actividades de E.A. dada a importância destas para o pleno desenvolvimento das regiões, irradiando de vez o carácter pontual no tempo e no território desse apoio.

3. Os serviços do MARN mais ligados à E.A. (INamb e SNPRCN), terão de ser reforçados nos seus recursos materiais e humanos de forma a tornarem mais eficaz o seu apoio.

4. O ME deve ter em atenção o caso particular e fundamental da E.A., criando um quadro de apoio a estas actividades como acontece com outras áreas, nomeadamente o Desporto Escolar.

5. A ligação das ADA ao ME terá de passar a ser devidamente celebrada recorrendo a contratos-programa de forma a evitar o carácter pontual e amador da sua ligação, sendo ideal o equacionar a requisição de professores que integrem as equipas de E.A. das ADA, permitindo assim uma prestação mais eficaz por parte desses profissionais mais motivados para as questões ambientais.

6. No seguimento das propostas 3, 4 e 5, entendemos como de extraordinária importância a criação de **Centros de Educação Ambiental**, distribuídos pelas diferentes regiões do País, que completariam a implementação de E.A. no tecido Nacional. Estes CEA seriam apetrechados com recursos bibliográficos e audiovisuais e com uma equipa de professores que concretizariam a animação ambiental das escolas e comunidades da sua região de intervenção. Seriam criados por colaboração entre o ME, o MARN e as ADA.

Tendo em conta estas sugestões que entendemos merecem a reflexão das pessoas e entidades responsáveis, acreditamos que no quadro da actual Reforma Educativa a E.A. assumirá o papel de relevo que o estado actual do nosso Planeta lhe confere, enquanto disciplina fundamental para a construção de um Futuro mais equilibrado de cidadãos conscientes do seu posicionamento na cadeia da vida empenhados em construir no Ambiente o nosso Futuro comum.

Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo

Estamos a chegar ao fim deste Painel.

Resta-me agradecer muito ao Sr. Prof. Bártolo Paiva Campos, pois, apesar de ser da casa, não quero deixar de lhe fazer um agradecimento especial pela sua presença, ao Sr. Prof. Doutor Lobato Faria, ao Sr. Eng^o Carlos Pimenta e ao Sr. Dr. José Manuel Alho, pelos valiosos contributos que prestaram.

Agradecia ao Sr. Eng^o Vila Lobos, ao Sr. Dr. Emílio Pires e aos três relatores que acompanharam os trabalhos ao longo de todo o dia, que fizessem o favor de vir constituir a mesa.

Chegámos então ao final do nosso Colóquio.

Como sabem nós tínhamos três relatores: o Sr. Prof. Doutor João Pais, a Sr^a Dr^a Odete Martins e a Sr^a Dr^a Isabel Raposo, que, como disse, acompanharam de forma especial os trabalhos deste Colóquio.

Por isso, pedia à Sr^a Dr^a Isabel Raposo que, em nome dos relatores, apresentasse as conclusões finais e sugestões de medidas a adoptar.

Dr^a Isabel Raposo

CONCLUSÕES E MEDIDAS A ADOPTAR

As intervenções efectuadas no Colóquio sobre Educação Ambiental, promovido pelo Conselho Nacional de Educação e realizado na sua sede, em 23 de Abril de 1993, conduziram os participantes às seguintes conclusões:

- a Educação Ambiental deve ser desenvolvida numa perspectiva de integração de saberes (inter e multidisciplinares), suportada pela diversificação de iniciativas, valorizando-se práticas de actuação marcadas pela inovação, pela criatividade, e pela capacidade de intervenção;
- a Educação Ambiental encontra-se contemplada nos planos curriculares e programas de ensino decorrentes da Reforma Educativa, pelo que é ao nível das condições concretas proporcionadas para a execução das actividades educativas nas escolas que se torna necessário intervir, quer nos domínios que competem à administração central, quer

nos domínios que competem à comunidade e à própria escola;

- no processo de aplicação da Reforma Educativa torna-se indispensável desenvolver mecanismos que permitam a sua avaliação sistemática e conduzam à optimização do potencial positivo de "voluntarismo", já afirmado, até à presente data, na área da Educação Ambiental, minimizando-se os efeitos negativos do amadorismo;

- existem contradições, a vários níveis (económico, educativo, administrativo) entre os objectivos e as práticas de Educação Ambiental, bem como entre os valores instituídos e as práticas colectivas e individuais;

- é urgente a definição, no domínio da educação formal e não formal, de linhas de actuação que contemplem ou promovam a abertura a perspectivas locais e regionais, subordinadas aos princípios definidos na Estratégia Nacional de Educação Ambiental (1992).

Assim, no sentido de dar resposta a muitas das carências e dificuldades manifestadas, os participantes no Colóquio propõem a adopção das seguintes medidas:

- prioridade urgente aos recursos educativos, no sentido mais lato, tanto a nível qualitativo como quantitativo, designadamente através de:

. melhoria de espaços, superando situações de degradação, sobrelotação, equipamento inexistente ou deficiente;

- . disponibilização de meios financeiros para apoio a projectos de Educação Ambiental;
 - . disponibilização de meios documentais, constituindo, nomeadamente, redes de informação que respondam às necessidades de docentes e discentes;
 - . apoio à gestão e organização das escolas, de modo a que sejam proporcionados espaços físicos e temporais adequados às práticas de Educação Ambiental;
 - . desenvolvimento de estratégias conducentes à divulgação e à troca de experiências de inovação pedagógica e análise e avaliação dos projectos e actividades desenvolvidos nas escolas.
- prioridade à formação de docentes, tanto ao nível da formação inicial, como da formação contínua, valorizando a integração de saberes, o saber-fazer, a animação de grupos, bem como a avaliação das práticas educativas;
 - criação de mecanismos de incentivo e motivação de docentes, reconhecendo, particularmente, o desenvolvimento de projectos a nível de escola, como factor de progressão nas respectivas carreiras;
 - criação de mecanismos de colaboração efectiva entre as diferentes instituições e autarquias, racionalizando e optimizando os meios disponíveis;

- corresponsabilização de todos os parceiros no processo educativo e subsequente potencialização dos recursos institucionais;
- incentivar por todos os meios o papel das ONG e, em particular, o das ADA, como parceiros do processo educativo;
- reforço do papel informativo e educativo da comunicação social, de modo a promover a corresponsabilização da sociedade civil.

Os participantes no Colóquio entenderam, ainda, ser de salientar o papel positivo que tem sido desempenhado pelo INAmb, nos últimos anos, no sentido de incrementar e apoiar a Educação Ambiental em Portugal, referindo a necessidade de dar continuidade a este processo, para o que se torna indispensável dotar este organismo com meios humanos e financeiros adequados.

Felicitaram, ainda, o Conselho Nacional de Educação pela iniciativa da realização deste Encontro e pela forma produtiva como decorreu.